

Jornal Afubesp

Jornal da Associação dos Funcionários
do Grupo Santander, Cabesp e Banesprev

Ed. nº 93 | fevereiro/março de 2019

ATAQUE DE TODOS OS LADOS

GOVERNO



PREVIC

SANTANDER

**PREVIC APROVA REFORMA ESTATUTÁRIA DO BANESPREV
E DÁ CARTA BRANCA AO SANTANDER. PÁGS. 4 E 5**

**REFORMA DA PREVIDÊNCIA ACABA COM APOSENTADORIA POR TEMPO DE
CONTRIBUIÇÃO E ELEVA IDADE MÍNIMA PARA OBTENÇÃO DO BENEFÍCIO. PÁGS. 6 E 7**

**SANTANDER ACIONA AFUBESP E IMPEDE ENTRADA DO SINDICATO
NOS LOCAIS DE TRABALHO EM SÃO PAULO. PÁGS. 8 E 9**

AFUBESP NA LUTA ATÉ O FIM

Tempos turbulentos exigem determinação e persistência. E isso a Afubesp tem de sobra. É uma entidade que tem história de luta, que brigou bravamente contra a privatização do Banespa por seis anos, que é vigilante e atuante em tudo o que se refere aos direitos dos funcionários da ativa e aposentados do banco.

Uma associação que está aberta de todas as formas para ouvir seus associados e trabalha em defesa de seus direitos de forma intransigente. Por ser assim, incomoda tanto, que o Santander busca abalar suas estruturas (leia nas páginas 8 e 9). Mas a Afubesp não vai se calar e segue presente nas batalhas colocadas para 2019, que não são poucas.

No que diz respeito aos banespianos, a associação junto com as entidades sindicais estuda todas as possibilidades para barrar os efeitos de portaria da Previc, que deu carta branca ao Santander para fazer o que quiser com o Banesprev, pois retira os poderes da assembleia de participantes.

Desde 2015, a Afubesp participa de reuniões com a autarquia para tratar sobre a reforma es-

tatutária do fundo de pensão. A mesma que já foi rejeitada por ampla maioria em 2017. Todo o histórico da atuação da entidade pode ser conhecido nas páginas 4 e 5 deste jornal.

Já de antemão, a associação avisa que vai lutar até o fim pela manutenção da assembleia, de todas as formas que forem possíveis. E orienta que os participantes encham as caixas de mensagens da Previc para mostrar sua insatisfação com a decisão, que afetará milhares de pessoas.

No âmbito geral, a Afubesp faz parte do movimento contra a Reforma da Previdência que foi entregue pessoalmente pelo presidente da república no Congresso, no dia 20 de fevereiro, e que vai tornar praticamente impossível aposentar-se com benefício integral. As páginas 6 e 7 trazem mais informações sobre pontos dessa proposta, que prejudica quem mais precisa.

Não importa o quão dura seja a luta, conte com a Afubesp.

Diretoria



Afubesp Publicação da Associação dos Funcionários do Grupo Santander e Cabesp. Rua Direita, 32, 2º andar, São Paulo, SP, CEP 01002-000. **Telefone:** 11 3292-1744. **Fax:** 11 3107-9268. **Presidente:** Camilo Fernandes. **Diretor de Divulgação:** Marcelo Sá. **Redação:** Érika Soares, Leticia Cruz e Mariana Valadares. **Edição:** Érika Soares. **Colaboração:** Junior Silva. **Projeto Gráfico:** Thiago Balbi. **Diagramação:** Thiago Balbi/Publisher Brasil. **Capa:** Pixabay, composição Thiago Balbi. **Tiragem:** 25 mil exemplares. **Impressão e CTP:** Bangraf.



NA BUSCA DE **SOLUÇÕES**

Associados que tiveram status alterado para beneficiários continuam sem respostas

Mesmo com a persistência das associações em encontrar soluções, a Cabesp e o Santander parecem não se importar com os problemas dos usuários do plano de saúde. Em mais uma reunião sobre o tema no dia 6 de fevereiro, a Afubesp cobrou novamente da Caixa Beneficente que os aposentados que hoje arcam com 100% do custeio tenham as mesmas condições dos demais associados. No entanto, em resposta, os representantes receberam somente evasivas. Em novembro do ano passado, o banco havia se comprometido em elucidar o assunto.

A mudança de status de associado para beneficiário atingiu essas pessoas em cheio porque, com isso, elas não têm a prerrogativa de votar em assembleia (não recebem nem ao menos

carta de convocação), têm restrição na movimentação de dependentes, além de outros tratamentos desiguais. Isso ocorre por conta da forma de custeio que os usuários escolheram ao se aposentar: ou o banco não pagava a multa de 40% e seguia se responsabilizando pela metade do pagamento da Cabesp, ou o associado recebia o valor da multa, mas passaria a pagar todo o plano de saúde.

Não se justifica distinguir quem optou pelo custeio total, pois a única diferença é quem tem de arcar com a despesa. E, por entender que os direitos entre os usuários que cumprem com as responsabilidades precisavam estar em pé de igualdade, a Afubesp tem reivindicado nas reuniões que o banco e a Cabesp voltem a tratar os usuários da mesma forma de antes. “Foi o

próprio banco que criou essa situação, e vamos buscar de todas as formas que ela seja corrigida”, afirma o presidente da entidade, Camilo Fernandes. Agora, as associações vão discutir estratégias para levar na próxima reunião ainda sem data.

Desinformação

Alguns associados só decidiram pelo modo de custeio depois de perguntarem à própria Cabesp se o status de associado não seria alterado, e tiveram como resposta que nenhum direito seria subtraído - o que com o tempo se comprovou o contrário. Eles procuraram a associação e existem e-mails e relatos que comprovam essas consultas.

Como de costume, a Afubesp presta o apoio necessário aos associados que se sentem lesados com a situação. Quem quiser, pode entrar em contato com a diretoria e consultar o departamento jurídico para tomar as medidas possíveis.



AMANDA FLOR

ACÇÃO DA PREVIC PREJUDICA PARTICIPANTES

Ao aprovar reforma estatutária, que foi rejeitada em assembleia, autarquia dá carta branca ao Santander; Afubesp e sindicatos estudam alternativas para barrar esse ataque

O Banesprev, com sua governança elogiada e reconhecida no meio da previdência complementar, deve trilhar, a partir de agora, caminho em rumo oposto. Isso porque, no dia 20 de fevereiro, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – a Previc – publicou a Portaria nº 156 no Diário Oficial, aprovando as alterações estatutárias propostas pelo Banesprev, as mesmas que foram rejeitadas (com apenas dois votos a favor) pela assembleia, no início de 2017.

Na nova redação do estatuto, a assembleia de partici-

pantes perde seu poder deliberativo, sendo usada apenas para as eleições. Com isso, a Previc dá carta branca para o Santander fazer o que bem entender com o Banesprev, visto que com essa aprovação, todas as decisões sobre alteração estatutária e de regulamentos passam a ser do banco, que tem a maioria no Conselho Deliberativo e voto de minerva na Diretoria Executiva. Certamente, nenhuma mudança será em benefício do trabalhador.

A Afubesp e os sindicatos receberam a notícia com indignação, pois desde 2015 conversam com a autarquia sobre

este processo, que vem afligindo mais 30 mil famílias. Agora, a publicação foi feita sem aviso ou explicação anterior.

“Nos causa estranheza essa decisão, já que a própria Previc determina que alterações não podem ser levadas a cabo sem a devida autorização dos participantes. Aprovar esta reforma só atende aos interesses do Santander, tira a voz e o poder de decisão dos participantes e acaba com a democracia no Fundo”, comenta o presidente da Afubesp, Camilo Fernandes, que lamenta: “Banesprev acaba de deixar de ser um modelo de governança no sistema de previdência complementar”.

Ele avisa que a Afubesp estuda todas as alternativas e possibilidades para barrar esse ataque ao Banesprev e aos direitos dos participantes.

Relembre

Desde o final de 2015, a Afubesp e os sindicatos resistem às tentativas de exclusão dos poderes deliberativos de assembleias de participantes do Banesprev e diminuição de representantes nos colegiados do

Fundo, por parte do Santander, que usou para suas antigas pretensões um parecer equivocado da Previc.

No primeiro momento, o processo foi suspenso por 12 meses, quando as entidades conseguiram provar o perigo de uma interpretação distorcida, por parte da Superintendência que, em suas determinações, poderia levar à grande perda de direitos e até mesmo à dissolução do Fundo de Previdência.

Em 17 de novembro de 2016, durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado, presidida pelo senador Paulo Paim, o próprio diretor da Previc reconheceu a importância da assembleia: "Temos dentro da própria Fundação a governança colocada. Temos Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e no caso do Banesprev, uma assembleias de participantes, em que essa governança também é uma linha de defesa extremamente importante". (assista o trecho 1h37 do vídeo disponível no www.afubesp.org.br).

Vencido o prazo (final de 2016), o banco aprovou – com a maioria de votos que possui no Conselho Deliberativo – a exclusão de praticamente todos os poderes do órgão máximo de gestão, mantendo apenas as eleições para os Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Importância da assembleia foi ressaltada pelo próprio diretor Previc na audiência pública



Em 2017, Afubesp realizou ato na Torre Santander em defesa do Banesprev, alertando sobre os riscos da reforma

Porém, para efetivar suas pretensões, os participantes necessitariam referendar em assembleia a decisão do Conselho Deliberativo. Ou seja: "a assembleia de participantes necessita autorizar a retirada de seus direitos". Devido a grande união de todas as associações de banespianos e sindicatos de bancários de todo o país, o banco não conseguiu o que queria.

A assembleia ocorrida em em 28/1/2017 (com 6.512 votos contrários e dois favoráveis) REJEITOU a proposta inteira de alteração estatutária, posteriormente referendada pela Previc, exigindo a necessidade de ATA com aprovação dos participantes para que a entidade fosse administrada apenas pelo Santander.

O prazo para cumprimento das exigências da Superintendência se encerrou em 20/7/2017, o que obrigou o Banesprev a solicitar a prorrogação automática do prazo por 60 dias úteis. A Previc fixou 23/10/2017 como data-limite, sob pena de arquivamento do requerimento.

No dia 8 de novembro de 2017, a Afubesp em conjunto com as demais associações de

representação dos banespianos, o Sindicato dos Bancários de São Paulo e também a Anapar, se reuniram com a autarquia, em Brasília (DF), para tratar o assunto e defender a assembleia de participantes. Na ocasião, ela foi orientada a abertura de um canal de negociação entre as partes envolvidas. Em resposta, a representação alertou que a única negociação aceita pelo banco era ter o controle total do Banesprev.

No dia 29 de março de 2018, o Conselho Deliberativo do Fundo (com votos contrários dos representantes eleitos) se recusou a participar de conciliação entre participantes, assistidos e patrocinadores sugerido pela Previc.

No dia 4 de abril do mesmo ano, os eleitos encaminharam carta à Superintendência, que foi protocolada no dia 9 subsequente, requerendo o arquivamento do processo de reforma estatutária do fundo de pensão.

Em 20 de fevereiro de 2019, a Previc publicou a Portaria nº 156 no Diário Oficial, aprovando as alterações estatutárias, que foram rejeitadas em assembleia, sem aviso ou conversa anterior com os representantes dos participantes.



DESCANSO INALCANÇÁVEL

Para se aposentar com benefício integral, trabalhador terá de contribuir por 40 anos. É isso o que queremos?

Com traços mais definidos, a tão comentada Reforma da Previdência já bate à porta e promete dificultar mais ainda a vida do trabalhador. Entre idas e vindas, a proposta com mudanças na idade mínima na aposentadoria - 62 mulheres e 65 anos homens - foi enviada ao Congresso no dia 20 de fevereiro com prioridade no trâmite: segundo o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), a intenção é votar a matéria neste semestre. Na manhã do mesmo dia, trabalhadores foram à Praça da Sé em protesto contra a reforma como está sendo ventilada. A mensagem é: em vez de penalizar o trabalhador obrigando-o a trabalhar até morrer, é possível adotar outras medidas.

O Sistema de Seguridade Social é garantido a todos os cidadãos incapacitados para o trabalho por idade, doença, acidente, invalidez ou gravidez pela Constituição de 1988, a exemplo de países desenvolvidos como o Reino Unido e Suécia. Hoje são 34 milhões os que dependem diretamente desses recursos, e pelo menos 90 milhões se forem contabilizadas as famílias dos beneficiados.

Dificilmente os trabalhadores conseguirão se aposentar com 100% do valor da aposentadoria caso a reforma seja aprovada, o que levaria ao empobrecimento gradual da população a médio e longo prazo e ao impedimento do acesso à Previdência, em um cenário onde a reforma trabalhista facilita o

Presidente do Santander acaba de se aposentar aos 58 anos, mas defende a reforma da previdência, que eleva idade mínima para 65

serviço intermitente. Mesmo assim, a disposição do governo em intensificar a campanha que pretende vender a PEC nº 6/2019 à população mostra a necessidade de nos mantermos informados para evitar ciladas e resistir a essas investidas.

Seguindo o rito, ao chegar na Casa a proposta ainda vai para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de seguir ao plenário. Serão duas votações na Câmara e duas no Senado. Da forma que está, os ganhos serão somente para os vendedores de previdência privada.

Entenda a proposta

São três as modalidades de transição proposta pela PEC, e caberia ao trabalhador fazer a opção.

À princípio, a aposentadoria por idade mínima mudaria para 62 anos no caso das mulheres e 65 para homens, num período de transição de dez a doze anos com aumento de seis meses ao ano. Atualmente a idade mínima para mulheres é de 56 anos e, para os homens, 61. Quem se aposentar com o mínimo de vinte anos de contribuição, recebe 60% do benefício apenas, calculados a partir da média dos salários de contribuição. Para ter o benefício integral, o trabalhador terá de contribuir por 40 anos.

As mulheres seriam as mais prejudicadas neste modelo proposto, de acordo com a professora de Economia e Relações do Trabalho do Cesit-Unicamp, Marilane Teixeira. "A mulher na faixa etária dos 55 anos ou menos será a mais prejudicada. Se ela quiser se

aposentar com benefício integral, terá de trabalhar mais sete anos e continuar a contribuir por mais dez. Ou seja, somente aos 70 anos de idade ela se aposentaria com salário integral”, afirmou a especialista à Rede Brasil Atual.

O sistema de pontos - que contempla a idade mais o tempo de contribuição para requerer aposentadoria integral - continuará existindo com o aumento de um ponto por ano. Atualmente, mulheres têm de somar 86 anos e, os homens, 96. Mulheres, que precisam respeitar o mínimo de 30 anos de contribuição, alcançariam 100 pontos em 2023 e, os homens que cumprem 35 anos de contribuição, completariam 105 pontos em 2028.

Quem está a dois anos da aposentadoria pela regra atual teria de cumprir pedágio de 50% do tempo que ainda falta para se aposentar. Ou seja: se faltam dois anos, o trabalhador ainda teria de cumprir um ano. Nesse caso também se aplica o fator previdenciário (quanto maior a sobrevivência, menor o valor da aposentadoria).

As alíquotas de contribuição do setor público e privado também mudariam. No caso do setor privado, as faixas são 7,5% para quem ganha até 1 salário mínimo (R\$ 998); 7,5% a 8,25% de R\$ 998,01 a R\$ 2 mil; 8,25% a 9,5% de R\$ 2.000,01 a R\$ 3 mil; e 9,5% a 11,68% de R\$ 3.000,01 a R\$ 5.839,45. Quem paga hoje 11% na alíquota de INSS, terá aumento de 0,68% na contribuição.

As aposentadorias de servidores públicos, professores, policiais, deputados, senadores e trabalhadores rurais sofreriam mudanças específicas, com endurecimento nas regras

principalmente para este último grupo.

Ao capricho da sorte

O ministro da Economia Paulo Guedes defende a capitalização, que deixaria o trabalhador responsável por poupar sua aposentadoria futura. Por exemplo: um trabalhador que contribua com o mínimo de R\$ 76,32 ao mês para a Previdência por 35 anos receberá como aposentadoria o piso, que não pode ser inferior a um salário mínimo (hoje R\$ 998,00).

Se investisse os mesmos R\$ 76,32 mensais em um plano de previdência privada pelos mesmos 35 anos, receberia apenas R\$ 224,95 de aposentadoria. Isso porque os planos privados não têm piso, e o valor da aposentadoria depende de quanto o trabalhador pode investir, ou seja, só os maiores salários renderiam aposentadorias dignas.

O modelo já se mostrou fracassado no Chile, onde os aposentados recebem metade do salário mínimo e as taxas de suicídio entre a população idosa é uma das maiores do mundo. Ademais, o regime pode resultar em total falta de recursos para o INSS e fazer até mesmo quem já está aposentado correr riscos, conforme ressalta a economista do Dieese Patrícia Pelatieri. “A capitalização não determina esse tipo de contribuição e vai desidratar a Previdência pública. Isso ameaça, sim, quem já está aposentado.”

Mas a realidade do trabalhador passa longe da preocupação do governo. Em entrevista ao *Financial Times*, Paulo Guedes declarou: “(Poremos fim) aos privilégios. O sistema de aposentadorias é uma máquina de transferências de renda perversas e regressivas”.

Privilégio para quem?

Dias antes do anúncio dos modelos preferidos pelo governo para a reforma, ocorreu uma situação no mínimo contraditória: em entrevista coletiva sobre o resultado do Santander, o presidente do banco no Brasil Sérgio Rial anunciou que se aposentou aos 58 anos de idade pelo INSS. O curioso é que o CEO, ávido defensor da reforma, encampa os mesmos mecanismos que dificultariam sua própria aposentadoria - e vão prejudicar milhões que dependem do benefício. Rial recebeu R\$ 30 milhões de remuneração em 2017.

O governo federal ignora quando faz as suas contas o fato de o país perder R\$ 4,6 bilhões ao não tributar acionistas dos maiores bancos privados em operação, Santander, Itaú e Bradesco e outras grandes empresas, entre recursos desviados por meio da DRU (Desvinculação das Receitas da União) e as desonerações fiscais sem contrapartidas para a sociedade. Segundo o Dieese, se as dez maiores devedoras pagassem seus débitos, a dívida da Previdência estimada em R\$ 195,2 bilhões cairia R\$ 33 bilhões.

Se aposentar com saúde é seu direito

Caso a reforma passe, o período de vida saudável que o trabalhador teria para usufruir sua aposentadoria seria curta, uma vez que uma pessoa que chega aos 65 anos no Brasil tem uma expectativa de 80 anos. O governo não leva em conta que a saúde do trabalhador já estaria prejudicada a esse ponto. A aposentadoria é um direito que a pessoa tem de usufruir como bem entender e com saúde, não apenas para pagar remédios. Trabalhar até morrer? Não!



SANTANDER NÃO VAI CALAR A NOSSA VOZ

Banco age em todas as frentes para desmobilizar as entidades de representação dos trabalhadores; reação veio com protestos nos centros administrativos

Uma sucessão de práticas do Santander para reprimir as reivindicações e a organização dos bancários marcaram os primeiros dias de fevereiro. Para mostrar ao banco que nada do que ele faça vai barrar a defesa dos trabalhadores pelas entidades sindicais e de representação, a Afubesp e o Sindicato dos Bancários de São Paulo realizaram no dia 15 de fevereiro, atos de protesto no Radar (Casa 1), Geração Digital (Casa 3), Vila Santander e na Torre Santander, todos na capital paulista.

Motivos para as manifesta-

ções não faltaram: enrolação para responder às demandas levadas pelos representantes dos funcionários nas negociações; ingresso de cinco ações contra a Afubesp, que requerem pagamento de danos materiais e morais, com o argumento de que a entidade “abusa do direito de ajuizar ações civis públicas”, impedimento do Sindicato em dialogar com bancários em vários locais de trabalho.

Para a diretora do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Lucimara Malaquias, ao ingressar com as ações contra a Afubesp, o banco ataca todo o

movimento sindical. “É uma demonstração que ele próprio não respeita os canais de negociação que já estão estabelecidos. É uma clara tentativa de nos intimidar, de nos censurar”.

Ela também denunciou o bloqueio de crachás dos sindicalistas, impedindo-os de entrar nos locais de trabalho e a censura dos materiais. “E onde mais ocorrem esses bloqueios são nos lugares que mais têm incidência de assédio moral, sexual, descumprimento de acordos e normas minimamente aceitáveis para o exercício da função desses funcionários”.

“Viemos dar um recado para a direção que não aceitamos essa mordida que quer nos impor. Se não quer que recorramos à Justiça com ações coletivas, que façam o certo”, avisou o presidente da Afubesp Camilo Fernandes, ao microfo-

ne durante os atos. “Essa não é a primeira vez que o banco tenta nos calar, mas não vai conseguir. Não vamos deixar de cumprir com nosso dever de representar os funcionários da ativa e os aposentados do Santander em todos os campos, inclusive, na Justiça”, conclui.

Ataque na Justiça

A Afubesp foi comunicada que o Santander moveu cinco processos de indenização, embasados em cinco ações coletivas, que foram ingressadas em 2002, 2005, 2006 e 2008. Todas tinham como meta defender direitos dos aposentados. Enquanto tramitavam, em nenhum momento, foram imputadas multas ou discutidos seus fundamentos.

Agora, depois de anos (17 no caso da primeira), o Santander despande tempo trazendo uma discussão que já não pode ser tratada processualmente ao invés de se dedicar a resolver questões importantes para os trabalhadores, como aumentos abusivos nos planos de saúde, unificação de cargos e os novos modelos de agência, entre

tantos outros pontos. Assuntos que eram para terem sido abordados em negociação no dia 13, mas que foi cancelada de última hora.

Tudo pelo lucro

O conteúdo de um dos processos traz a seguinte argumentação: “O ingresso de ações similares (...) evidencia o intuito da Ré de causar danos ao Autor”.

Mas não é justamente isso que o Santander está fazendo? A diferença gritante é que a Afubesp não buscava nada para si mesma, apenas pleiteava agregar valores financeiros às aposentadorias de seus associados, que aprovaram pelo ajuizamento de cada uma delas.

Além tentar abalar quem o impede de fazer o que bem entende, o Santander quer recuperar “o lucro que deixou de aferir em decorrência de seus ativos para garantirem o resultado das demandas ajuizadas pela associação”, conforme consta no processo.

Importante lembrar que só em 2018, o banco espanhol obteve lucro líquido gerencial de

R\$ 12,398 bilhões, segundo balanço divulgado em janeiro. Este valor representa um crescimento de 24,6% em doze meses.

Argumento sem pé, nem cabeça

Mais do que acusar a Afubesp de abusar do direito de ajuizar ações coletivas, se faz de vítima dizendo que, com isso, a associação “prejudicou a honra objetiva do banco”.

No entanto, para fundamentar sua argumentação, se vale de exemplo que nada tem a ver com o assunto, apontando matéria publicada em setembro de 2018. Ela trata da retirada de patrocínio ao SantanderPrevi, sem negociação com o movimento sindical.

A peça jurídica diz que o título de tal matéria (que conversa com os funcionários do banco e faz referência a uma campanha publicitária da instituição financeira) pode ser compreendida pelo público como havendo uma “mácula em relação à confiabilidade” do Santander.

Só não conta que a responsável por manchar sua imagem é a própria empresa. Recentemente, o presidente do banco no Brasil, Sérgio Rial, fez esse trabalho quando afirmou a jornalistas, que se aposentou pelo INSS aos 58 anos de idade, apesar de ter recebido R\$ 30 milhões à frente da presidência da empresa no ano passado.

Além do mais, há anos o Santander figura nos primeiros lugares no ranking do Banco Central, que lista os bancos e as financeiras (acima de quatro milhões de clientes) mais reclamados. Em 2018, não foi diferente, chegou ao primeiro lugar no segundo quadrimestre e ficou na segunda colocação nos últimos meses do ano.

Na Torre Santander, ato deixa claro que Afubesp não se intimida e não aceita censura



AFUBESP REALIZA **PLANTÃO** PARA TIRAR DÚVIDAS DO **IMPOSTO DE RENDA**

Tradição na entidade, o plantão do IR começará já em março com o objetivo de orientar e atender os associados para o preenchimento da declaração

Já chegou a hora de prestar contas ao Leão. A Afubesp oferece plantão tira-dúvidas aos associados que desejarem auxílio na declaração do Imposto de Renda 2019 (IR).

O atendimento começará já no mês de março, de 1º a 29 (menos dias 04 e 06); e 03 a 26 de abril, todas as segundas-feiras e quartas-feiras, das 13h às 16h, e nas sextas-feiras, das 10h às 13h, na sede da associação (R. Direita, 32, 2º andar – Sé). O responsável pelas orientações será o contador Paulo Luiz Depieri. Em caso de dúvidas, ligue (11) 3292-1744.

Novas documentações

O período para declarar o imposto de renda vai de 7 de março a 30 de abril. Este ano, ele traz mudanças e exige mais documentações. Uma delas é a obrigatoriedade da informação do CPF de todos os dependentes e alimentandos, independentemente da idade.

Documentos necessários

Informes de Rendimento de Bancos e outras instituições financeiras, inclusive corretora de valores; rendimentos de salários, distribuição de lucros, aposentadoria, pensões, entre outros.

É necessário também apresentar os informes de aluguéis

e imóveis recebidos; informações e documentos de outras rendas do ano de 2018. E ainda, livro Caixa e Darfs de Carnê-Leão (se for o caso) e rendimentos de participações de programas fiscais (Nota Fiscal Paulista, Nota do Milhão, dentre outros).

Compra e venda de bens e direitos no ano de 2018

Imóveis (data de aquisição, área do imóvel, inscrição municipal – IPTU - número da matrícula do imóvel e nome do cartório de imóveis onde foi registrado); Veículos, aeronaves e embarcações (número do Renavam e/ou registro no correspondente órgão fiscalizador).

Documentos da aquisição de dívidas e ônus no ano de 2018

Rendas variáveis; controle de compra e venda de ações, in-

clusive com a apuração mensal de imposto (indispensável para o cálculo do Imposto de Renda sobre a Renda Variável); Posição de Ativos a valor de custo na data de 31 de dezembro de 2018; e Darfs de Renda Variável.

Pagamentos Efetuados

Informe de pagamentos de assistência médica/odontológica/seguro saúde discriminando individualmente o benefício e a fonte pagadora; informe de reembolso de assistência médica/odontológica/seguro saúde discriminando individualmente o beneficiário e a fonte pagadora; despesas médicas e odontológicas (notas fiscais, recibos e comprovantes de pagamentos) em geral discriminando individualmente o beneficiário e a fonte pagadora; informe de pagamento de despesas com instrução contendo indicação do aluno; informes de pagamentos de previdência privada (PGBL); documentos relativos à doações efetuadas; e relação de Contribuição Previdenciária Patronal e GILL-RAT pagos no período de 01 de janeiro de 2018 a 31 de novembro de 2018, referentes à competências 12/2017.



COMITÊS GESTORES JÁ TÊM SEUS REPRESENTANTES

MARIANA VALADARES



Ocorrido de 6 a 18 de fevereiro, pleito foi marcado pelo mais alto índice de abstenção dos últimos tempos

Os participantes dos Planos II, V, I, III e IV; DAB, DCA e Caciban; Sanprev I, II e III; e Plano Pré-75 já têm seus representantes eleitos nos Comitês Gestores. A apuração foi realizada no dia 19 de fevereiro. Entre os eleitos estão Maria Lúcia Mathias e Mário Raia, respectivamente titular e suplente no Plano II; Wanessa Queiroz e Vera Moreira, ambas suplentes no Sanprev I, II e III; e Sebastião Naves, titular no DAB, DCA, CACIBAN.

“A responsabilidade de um eleito é muito grande, principalmente em um Plano do tipo Benefício Definido, como é o caso do Plano II. É fundamental o Comitê Gestor acompanhar para manter os recursos financeiros saudáveis. É necessário mostrar a real situação do plano e informar os participantes. É um dever de todos”, afirma Lúcia Mathias, eleita com 3017 votos.

Sebastião Naves reforça o comprometimento dos representantes. “Faremos juntamente com os outros eleitos o melhor trabalho possível para atender os nossos participantes de forma transparente.”

Em nome da Afubesp, o presidente Camilo Fernandes agradece os votos e apoio aos candidatos da chapa “Banesprev Somos Nós”. “Nossa luta será permanente pela manu-



Naves foi o mais votado para o Comitê Gestor das caixinhas

tenção dos direitos dos participantes e assistidos. É o nosso compromisso”, garante.

Abstenção

A eleição deste ano foi marcada pelo alto índice de abstenção. Do Plano II, por exemplo, dos quase 12 mil elegíveis, apenas 3 mil votaram, 1 mil votos a menos em relação a 2015. Camilo ressalta a importância de melhorar o quórum para as próximas eleições.

“É muito importante os participantes dos Planos escolherem sua representação. Não votar é o mesmo que dizer que não há interesse pelo futuro do Banesprev”.

CONFIRA OS ELEITOS APOIADOS PELA AFUBESP:

Plano II

Maria Lúcia Mathias (Titular)
Mário Raia (Suplente)

Plano V

Herbert Moniz (Suplente)
Sérgio Zancopé (Suplente)
Oliver Simioni (Suplente)
Salime Couto (Suplente)
Cássio de Biaggio (Suplente)

Planos I, III e IV

Marco Antonio de Melo (Suplente)
Itamar Batista (Suplente)
Silvanizio Souza (Suplente)

DAB, DCA, CACIBAN

Sebastião Naves (Titular)

Sanprev I, II, III

Vera Moreira (Suplente)
Wanessa Queiroz (Suplente)



FOTOS: ENIKA SOARES

EXPLORE O QUE HÁ DE MELHOR EM CURITIBA

Programe sua viagem utilizando agências de turismo conveniadas à Afubesp, que oferecem descontos para você

Curitiba é certamente um dos destinos brasileiros com melhor estrutura para receber turistas, e não faltam atrações para agradar o viajante. São de fácil acesso roteiros diferenciados, onde a pessoa decide se quer seguir a pé, de bicicleta ou de ônibus – há uma linha específica para curtir a cidade, que passa por 25 pontos entre museus, memoriais e parques, por exemplo.

Um dos mais concorridos é o Jardim Botânico, cartão-postal da cidade. Mas a visita com direito a “selfie” em frente à conhecida estufa, deve ser só o ponto de partida da programação. Aliás, os espaços verdes de Curitiba são um show a parte. O Tanguá, por exemplo, é enorme e proporciona uma vista linda, e tem a importante função de proteger e conservar a bacia do rio Barigui.

Conhecer o Mon, o Museu Oscar Niemayer, é obrigatório. O lugar abriga ótimas exposições e a construção é uma verdadeira obra de arte do famoso arquiteto. Ainda pra quem gosta de arquitetura, vale muito visitar o Teatro Ópera de Arame, que possui estrutura tubular e se integra à bela natureza do local. A poucos passos está a Pedreira Paulo Leminski, que recebe grandes eventos culturais e artísticos de Curitiba.

Homenagem aos imigrantes

São muitos os povos que ajudaram a formar o estado do Paraná. Italianos, alemães, poloneses, ucranianos foram os primeiros a chegar e são homenageados em espaços que estão espalhados pela cidade.

Memorial Ucraniano tem museu com Pêssankas - ovos coloridos a mão, que simbolizam a vida

É o caso do Bosque do Papa, um memorial polonês, que reproduz uma vila tradicional da Polônia, inaugurado na época da visita do Papa João Paulo II, em 1980. Lá dentro, observam-se enormes araucárias, árvore símbolo do Paraná.

Já o Ucraniano é de encher os olhos. Localizado no Parque Tingüi, o espaço conta com uma réplica da Igreja Ortodoxa de São Miguel Arcanjo, que dentro abriga um museu com tradicionais Pêssankas (Pysanka), símbolos de boa fortuna na cultura Eslava.

Para o passeio com as crianças, o melhor destino é visitar o Bosque Alemão. O lugar tem a Trilha de João e Maria, personagens do conto dos irmãos Grimm, que passa pela Casa da Bruxa, uma biblioteca infantil com espaço para encenações de contos e fábulas.

E para quem curte comer, o ideal é visitar o reduto da cultura italiana em Curitiba. O Bairro de Santa Felicidade é o maior polo gastronômico da cidade. Mas neste quesito a capital paranaense é farta. Vale um roteiro só pra isso! Aproveite as dicas e boa diversão.

